
As políticas de comunicação nas teses e dissertações do programa de pós-graduação em comunicação da UnB: estudo bibliométrico ¹

Wákila Nieble Rodrigues de MESQUITA ²
Universidade Aberta de Portugal, Lisboa

RESUMO

Trata-se de estudo bibliométrico realizado em bancos de dados digitais de teses e dissertações produzidas no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB). Foram analisadas 453 teses e dissertações produzidas no período de 1974 a 2015 para identificar como o tema das políticas de comunicação foi abordado naquele espaço. Observou-se uma maior concentração da quantidade de estudos nos últimos 14 anos dos 41 analisados. Proporcionalmente, foi no período 1974-1979 em que o tema políticas de comunicação conseguiu mais destaque em relação à produção total do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UnB.

PALAVRAS-CHAVE: políticas de comunicação; bibliometria; história; pós-graduação; UnB.

Introdução

Este estudo analisou as teses de doutorado e as dissertações de mestrado produzidas no Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade de Brasília (UnB) no período entre 1974 a 2015 e identificou quais delas abordaram o tema das políticas de comunicação.

Na revisão de literatura não foi encontrado levantamento anterior sobre tal questão no PPGCom da UnB. Também não foi encontrada publicação semelhante que abordasse PPGCom's de outras universidades brasileiras. Encontrou-se apenas um estudo que identificou teses e dissertações que abordam as políticas de comunicação: Caparelli (1997). O autor analisou 400 teses e dissertações produzidas entre 1992 e 1995 e identificou 21 que abordavam políticas de comunicação³. A pesquisa de Caparelli buscou por teses e

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutorando do Curso de História da Universidade Aberta de Portugal e jornalista do IFB, e-mail: mesquitajornalista@gmail.com

³ Apesar da pouca reflexão a respeito da produção científica de políticas de comunicação, encontrou-se um conjunto de trabalhos que tratam do estado da arte das pesquisas em políticas de comunicação nos Anais (Actas) do Encontro do Grupo de Pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom realizado em 2014 na cidade de Foz do Iguaçu-PR. Apesar de não abordar especificamente a produção de teses e dissertações sobre políticas de comunicação, o grupo realizou levantamentos a respeito de sua própria reflexão, entre os anos 2000 a 2013, tratando dos temas seguintes: os conceitos de políticas de comunicação, direito à informação, comunicação pública, comunicação digital, indústria cultural; as abordagens teóricas e os procedimentos metodológicos utilizadas pelo grupo; e a abordagem dos grupos de mídia.

dissertações que tratassem do tema “política e comunicação” e “políticas de comunicação” foi abordado como um subtema nesse espectro.

O objetivo desta pesquisa foi apontar aspectos quantitativos da produção científica sobre políticas de comunicação.

Metodologia

O método aqui empregado foi a Análise Documental conforme definida por Gil (2012) e a bibliometria referenciada em Araújo (2006). O percurso metodológico foi dividido em 3 partes:

1) Seleção do material – se deu com acesso às listas de teses e dissertações disponíveis no site do PPGCom da UnB⁴. Durante a pesquisa, o respectivo endereço eletrônico passou por variadas mudanças, dentre elas a retirada do texto integral de todas as dissertações produzidas entre 1977 e 2008. Constatou-se, a partir das listas, que foram produzidas 391 dissertações e 62 teses no período de 1974 a 2015, portanto, obtivemos um total de 453 documentos a serem analisados. Como percebeu-se que os dados disponibilizados no site passavam por alterações como retiradas ou bloqueios, optou-se por criar um banco de dados próprio com uma planilha que foi sendo alimentada conforme as informações eram encontradas em bancos de dados variados⁵.

2) Organização e classificação das teses e dissertações – as informações iniciais das teses e dissertações foram: ano de defesa, título, autor, orientador, nível de mestrado ou doutorado, aborda ou não o tema das políticas de comunicação e o endereço eletrônico onde tais informações foram encontradas. A primeira tentativa de identificar as teses e dissertações se deu procurando nos títulos a palavra-chave do tema: políticas de comunicação. Essa primeira análise se mostrou falha, até inocente, visto que os títulos não apresentavam tal clareza.

⁴Foram acessados vários endereços da FAC/UnB: <<http://ppgcom.fac.unb.br/>>, <<http://telejornal.fac.unb.br/pos-graduacao/teses-e-dissertacoes/>>, <<http://ppgcom.fac.unb.br/dissertacoes/>> e <<http://ppgcom.fac.unb.br/teses/>>. Estes endereços eletrônicos estão sendo acessados desde 2017 devido a pesquisa desenvolvida no âmbito do IFB, entretanto, o último acesso com vistas a revisão deste artigo foi em 04/07/2023.

⁵ Mesmo com este pesquisador estando em Brasília, houve graves impedimentos de acesso aos arquivos físicos da UnB devido às limitações impostas pela Pandemia da Covid 19. Assim, os seguintes arquivos foram bastantes úteis: Embrapa: <<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/?initQuery=t>>; Univerciencia: <<http://www.univerciencia.org/>>; Repositório Lume da UFRGS: <<http://www.ufrgs.br/infotec>>; Blog, depois site do professor Rodrigo Borba: <<https://www.rodrigobarba.com/#home>>. Na última consulta realizada nestes endereços eletrônicos, em 04/07/2023, todos estavam indisponíveis.

Partiu-se, então para a análise do resumo e das palavras-chave. Aí se apresentou um grande obstáculo, os documentos não estavam acessíveis online, nem mesmo a busca por ficha catalográfica no site da biblioteca da universidade apresentou resultados de todas as teses e dissertações, especialmente das mais antigas. Não sendo possível realizar a busca pelo documento físico na biblioteca no momento da pesquisa⁶, por meio de buscas em sites de outras bibliotecas⁷ e em catálogos de teses e dissertações de outras instituições⁸ realizou-se parte da análise e identificou-se um conjunto de teses e dissertações que tratavam das políticas de comunicação.

Entretanto, a maioria dos documentos ainda carecia de análise pois, ou os resumos e palavras-chave não estavam disponíveis ou não traziam informação suficiente para afirmar ou negar que a tese ou dissertação abordava políticas de comunicação⁹. Como as teses e dissertações não deixavam explícito em seus títulos, resumos ou palavras-chave, que ali se realizara um estudo de política de comunicação, mas se enxergava no documento tal possibilidade por outros sinais¹⁰, propôs-se realizar uma análise com critérios elaborados a partir do conceito de política de comunicação.

3) Definição de novos critérios e ampliação da classificação – consistiu em revisar a bibliografia buscando retirar do conceito de políticas de comunicação critérios objetivos a serem aplicados às dissertações e teses para incluí-las ou não no grupo daquelas que abordam o tema.

Verificou-se que o termo políticas nacionais de comunicação apareceu pela primeira vez em 1970 em uma conferência da Unesco¹¹. A primeira definição básica do termo também veio por meio de documento da Unesco em 1971¹². O curso de mestrado

⁶ Em alguns casos não consta a existência da dissertação na biblioteca da universidade; em outros ela existe, mas não pode ser acessada e, por fim com a Pandemia de Covid 19, a biblioteca foi fechada. Com a continuação da pesquisa será possível acessar os documentos físicos na UnB que já estão acessíveis.

⁷ A exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

⁸ A exemplo do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e do Repositório Lume da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

⁹ Brites (2013), ao tratar de estudo realizado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom, afirma que os estudos neste subcampo da comunicação não são auxiliados pelas palavras-chave e nem pelos resumos. Ela lembra que ambos os recursos têm como objetivo orientar a recuperação de dados em sistemas de busca. Entretanto, diz a autora, esses dois recursos não refletem os conteúdos dos trabalhos. Ela afirma: “percebe-se que grande parte das palavras-chave são eleitas aleatoriamente. Os resumos muitas vezes são confundidos com parte da introdução” (BRITES, 2013, p. 30).

¹⁰ Os sinais eram: a) autor ou orientador reconhecidos como produtores de pesquisas em políticas de comunicação; b) objeto da pesquisa identificado como presente nos estudos de políticas de comunicação; c) referenciais teóricos próprios do subcampo das políticas de comunicação.

¹¹ Ramos, 2000.

¹² Beltrán, 1982.

em comunicação da UnB foi implantado em 1974¹³, ou seja, buscou-se, nas teses e dissertações, por um tema que surgiu pouco antes.

Carvalho e Cardoso (2014) fizeram uma revisão do conceito de políticas de comunicação analisando publicações produzidas entre 2000 e 2013. Partindo do estudo destes dois autores¹⁴, além das teses e dissertações já classificadas pelo aparecimento da palavra-chave¹⁵, classificou-se como teses ou dissertações que abordam as políticas de comunicação as que estudaram:

1. Legislação que regule a comunicação ou que, regulando outras áreas, afete a comunicação;
2. A radiodifusão educativa, pública ou estatal;
3. A comunicação organizacional em órgãos públicos;
4. A ação de comunicação (produção, distribuição, propaganda, financiamento) realizado por ente estatal.

Resultados

O estudo constatou que o PPGCom da UnB produziu um total de 391 dissertações de mestrado e 62 teses de doutorado entre 1974 e 2015. As primeiras dissertações foram defendidas em 1977. As primeiras dissertações que aborda o tema políticas de comunicação também são de 1977. A partir dos dados levantados, em parte expostos na Tabela 2 disponível após a conclusão, destaca-se alguns números:

- 453 trabalhos produzidos sendo: 391 dissertações de mestrado e 62 teses de doutorado;
- 126 teses e dissertações que abordam políticas de comunicação, assim distribuídas: 109 dissertações de mestrado e 17 teses de doutorado;
- 52 trabalhos abordaram a legislação de comunicação;
- 39 trabalhos trataram de ação de comunicação realizada por ente estatal;
- 14 trabalhos abordaram a Radiodifusão educativa, pública ou estatal;

¹³ Geraldles, 2001.

¹⁴ A revisão de Carvalho e Cardoso (2014) é bastante completa e cita, entre outros: Bétrán, 1982; Brittes, 2008; Caparelli, 1997; Cohen, 1988; Ramos, 2000; Rebouças, 2000; Rebouças, 2006; Signates, 2003; e Silveira, 2006. Não há aqui espaço para refletir sobre essa revisão do conceito de Políticas de Comunicação, porém, fica a sugestão para uma reflexão histórico-epistemológica do conceito.

¹⁵ Em uma revisão, após realizar a parte 3 da metodologia, manteve-se a classificação “palavra-chave” apenas para os casos em que não foi possível incluir em uma das outras 4 classificações.

-
- 13 trabalhos trataram de comunicação organizacional em órgãos públicos;
 - 7 trabalhos foram classificados apenas pela palavra-chave política de comunicação, não sendo possível classificá-los em nenhuma das 4 categorias anteriores.
 - 1 trabalho foi incluído por ter, em seu referencial teórico, base no relatório MacBride¹⁶.

Ao comparar a produção ao longo do tempo, observa-se que a maior parte das pesquisas são recentes, Figura 1. Mais de 40% das teses e dissertações sobre políticas de comunicação foram produzidas entre os anos 2010 a 2015 e 37% entre 2000 e 2009 o que implica 77% dos trabalhos produzidos nos últimos 14 anos de um período total de 41 anos analisados. O fato da UnB ter criado o curso de doutorado em comunicação em 2003 não é suficiente para explicar essa concentração temporal. Uma possível explicação é a grande expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação em comunicação no Brasil na última década do século XX e na primeira década do século XXI¹⁷.

Ao analisar a produção de teses e dissertações em relação aos demais temas, é possível observar que o período de 1974 a 1979 foi o de melhor resultado, 52,63%, Figura 2. O acesso aos dados desse período e do seguinte, 1980-1989, são precários pois não estão disponíveis digitalmente na sua totalidade. A consulta aos documentos físicos na UnB pode vir a alterar estes resultados, mas não de forma significativa. Quando criado, em 1974, o mestrado em Comunicação da UnB já contava com uma linha de pesquisa em Economia e Política da Comunicação. As outras três linhas eram: Interpretação de Produtos Culturais; Comunicação e Processos Sociais e; Comunicação Visual¹⁸. O mestrado foi pensado para atender as demandas da nova capital e formar pessoal qualificado para trabalhar com agências de desenvolvimento e órgãos governamentais¹⁹. Isso, sem dúvida, é um fator que explica o grande volume de produção sobre o tema políticas de comunicação.

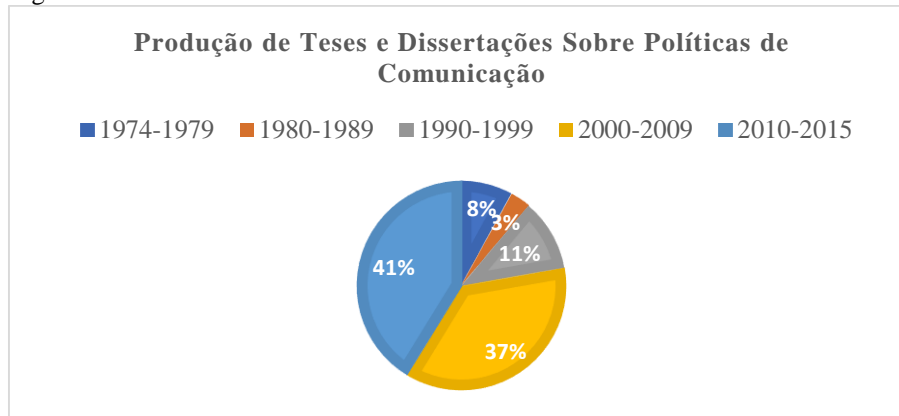
¹⁶ O relatório MacBride é parte essencial do referencial teórico dos estudos de políticas de comunicação cf. Brittes, 2008 e Ramos, 2000.

¹⁷ Como apontado por Barbosa, 2020.

¹⁸ Cf. Geraldles, 2001.

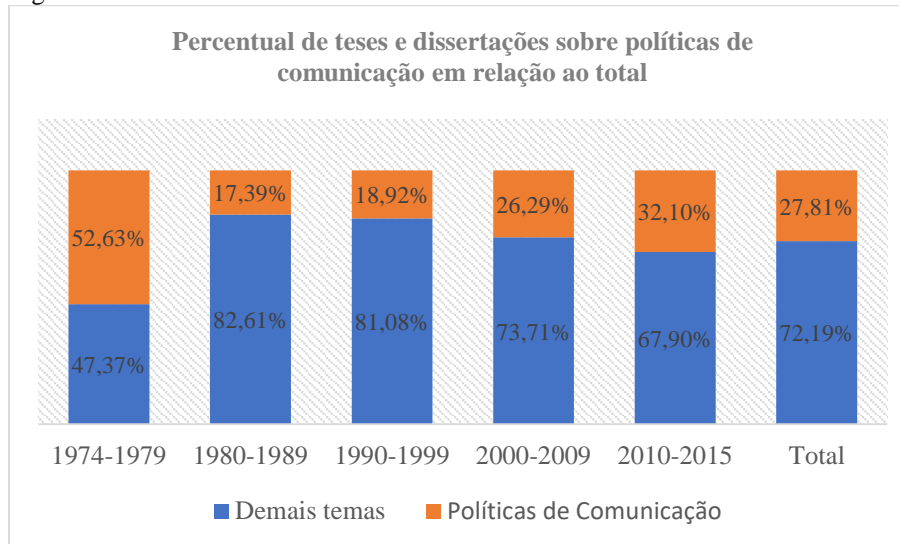
¹⁹ Cf. Barros, 2001.

Figura 1.



Fonte: elaborada pelo autor.

Figura 2.



Fonte: elaborada pelo autor.

Os pesquisadores que mais orientaram teses e dissertações com o tema políticas de comunicação seguem na Tabela 1. É notável a disparidade entre o número de orientações do primeiro nome da lista e os demais. O professor Murilo César Ramos tem uma história onde se encontram o trabalho de professor na graduação e pós-graduação, a produção acadêmica, a produção técnica sobre políticas de comunicação e a militância na defesa de um sistema de comunicação plural e democrático. O estudo da produção dele ou orientada por ele é um caminho que, provavelmente, permite uma narração mais clara da história das pesquisas sobre políticas de comunicação.

Essa lista de orientadores é importante, mas não pode ser vista como um indicador completo. Alguns nomes aí presentes podem surpreender pois trata-se de pesquisadores com vínculos muito distantes das políticas de comunicação, entretanto, nesta análise, considerou-se até mesmo pequenas partes das teses ou dissertações que tenham, de algum

modo, abordado aspectos das políticas de comunicação. Cita-se, para exemplificar, um caso: uma dissertação cujo tema principal era o nu em revistas voltadas para o público gay masculino com um referencial teórico embasado nos estudos da sexualidade, mas que incluiu um capítulo histórico abordando a legislação da censura sobre aquele tema. Incluiu-se esta dissertação como um trabalho que tematiza política de comunicação na categoria legislação.

Tabela 1: número de teses ou dissertações orientadas

Orientador (a)	Número de orientações
Murilo César Ramos	18
Luiz Martins da Silva e Nélia Del Bianco	8
Zélia Leal Adghirni e Carlos Eduardo Esch	7
Lytton Leite Guimarães	6
Lavina Madeira Ribeiro, César Ricardo Siqueira Bolaño, Dácia Ibiapina da Silva, Fernando Oliveira Paulino e Elen Cristina Geraldês	5
David Loy Rossiter, Mauro Pereira Porto, Célia Maria Ladeira Mota e Christina Maria Pedrazza Sêga	3
Luiz Gonzaga F. Motta, Venício Artur de Lima, Sérgio Dayrell Porto, Tânia Siqueira Montoro, Armando Bulcão, Dione Oliveira Moura e Luiz Cláudio Martino	2
Luiz Pasquali, Luiz Fonseca, Maria Izabel Santos Magalhães, Vânia Bamberira, José Salomão David Amorim, Maria T. Ferraz Negrão de Mello, José Luiz Braga, Sérgio Euclides de Souza, Ana Lucia Romero Novelli, Denílson Lopes Silva, Luiz Gonzaga Motta, Suzy dos Santos, Pedro Russi Duarte, Luís Felipe Miguel, Solano dos Santos Nascimento, Alexandre de Almeida Barbalho, Marcelo Feijó Rocha Lima, Gustavo de Castro e Silva, David Renault da Silva, Fábio Henrique Pereira, Janara Kalline Leal Lopes de Sousa e Tiago Quiroga Fausto Neto.	1

Fonte: elaborada pelo autor.

Conclusão

Esta pesquisa compõe um trabalho mais amplo - tese de doutorado em história na Universidade Aberta de Portugal que estuda as teses e dissertações sobre políticas de comunicação da FAC/UnB. O objetivo derradeiro deste artigo é publicar a lista das pesquisas classificadas como tematizadoras do assunto, por isso o grande espaço dedicado à tabela 2 disposta ao final da conclusão. A publicação da lista, e não apenas dos resultados, permite uma discussão mais ampla com os pares que se interessem pelo mesmo objeto.

A análise trouxe muito mais perguntas que respostas, mas concentra-se agora nos achados destacando três respostas importantes:

1) quando propôs-se a identificar as teses e dissertações que tratam de políticas de comunicação, esta pesquisa tinha como primeira hipótese que este conceito não era concreto o suficiente para efetivar a classificação. Esta hipótese se mostrou verdadeira,

entretanto, mais que isso, o conceito de políticas de comunicação parece ter mudado de forma dramática desde seu surgimento. O que é considerado estudo de política de comunicação na segunda década do século XXI, não encontraria espaço nas pesquisas dos anos 70. Parece essencial um estudo histórico-epistemológico sobre a construção do conceito partindo do excelente trabalho de Caparelli (1997).

2) à partida do trabalho, supôs-se que os estudos de políticas de comunicação pudessem ter razoável autonomia teórica que lhe permitisse resistir e enfrentar o ambiente social, econômico e político como um campo²⁰ científico autônomo. Os dados apontam que as pesquisas estão mais suscetíveis às influências externas do que a suposição inicial. É notável que no período de maior força do neoliberalismo no Brasil, as pesquisas de políticas de comunicação refluíram fortemente. Porém, se a capacidade de enfrentar o cenário de disputas sociais se mostrou frágil em determinados períodos, a capacidade de resistência impressiona. Os pressupostos teóricos do subcampo das políticas de comunicação, abatidos pela crise do socialismo real dos anos 80 e o neoliberalismo dos anos 90, foi se reestruturando para explicar a realidade da comunicação. Nos primeiros 15 anos do século XXI a base teórica das políticas de comunicação permitiu um agigantamento da produção acadêmica e foi responsável por explicar a realidade que se apresentou. O aprofundamento desta pesquisa permitirá confirmar a hipótese de uma ressurreição renovada do referencial teórico das políticas nacionais de comunicação.

3) o terceiro achado importante é que parece ser possível periodizar os estudos de políticas de comunicação no Brasil em três momentos: o primeiro de força inicial da década de 1970 até o final da década de 1980. O segundo de crise e refluxo com as políticas neoliberais dos anos 1990. O terceiro com o ressurgimento das pesquisas que buscavam analisar, explicar e elaborar propostas para os governos de esquerda que chegaram ao poder no Brasil a partir de 2003.

As deduções aqui expostas, talvez estejam indo um pouco além do que a concretude dos dados apresentam, mas trata-se de uma conclusão inicial. Diante da ausência de estudos históricos e reflexão teórica sobre o tema, há que se partir de algum lugar, mesmo que frágil.

²⁰ A referência aqui é ao conceito de campo definido por Bourdieu (1976).

Tabela 2: teses e dissertações que abordaram o tema das políticas de comunicação no PPG-Com/UnB.

Ano	Título	Autor	Nível
1977	Rádio Educativo a participação da clientela no ensino supletivo – função de suplência	Benedita Coelho Alves dos Santos	M
1977	Comunicação e incomunicação no desenvolvimento de pequenos agricultores	Vera Regina Veiga França	M
1977	Um estudo sobre a comunicação social no serviço público brasileiro	Jeová Franklin de Queiroz	M
1978	Influência da participação no controle do ensino sobre aprendizagem conceptual entre produtores rurais do Amazonas	Renato Argôllo de Souza	M
1978	Interação e informação no planejamento da pesquisa agropecuária	Marcus Ligocki	M
1978	Um estudo sobre as atitudes do extencionista rural frente ao comportamento do agricultor	Valter Steilen Mata	M
1978	Barreiras Psico-estruturais à efetividade da comunicação: caso dos parceiros da cooperativa Pindorama	Aluizio Ferreira da Silva	M
1978	Dependência de informação tecnológica sobre o cultivo do café por parte de agricultores colombianos participantes no programa grupos de amizade	Álvaro Gonzalez Mora	M
1979	Compreensão de informações sobre o uso de defensivos agrícolas um estudo dos rótulos	Antônio Maia Leite	M
1979	Diagnóstico do sistema de comunicação científica entre pesquisadores agrícolas no Brasil	Amauri M. de Jesus Rodrigues	M
1980	Opinião estática a respeito da declaração de princípios sobre os meios de comunicação de massa	Juana Bertha Rojas Loaiza	M
1981	Propaganda e legitimação do poder Brasil 1970 a 1978	Maria Luiza Mendonça Galletti	M
1982	Extensão Rural Participativa? O caso do projeto de teleextensão rural para o Médio Amazonas	Rubem Martins Amorese	M
1983	A introdução de novas tecnologias de comunicação no Brasil: tentativas de implantação do serviço de cabodifusão, um estudo de caso	Daniel Koslowsky Herz	M
1990	Concessões de radiodifusão no Brasil: a lei como instrumento de poder (1932-1975)	Sérgio Euclides Braga Leal de Souza	M
1991	A gota : assim a chuva começa : estudo de caso da produção de discos independentes em Brasília.	Clodomir Souza Ferreira	M
1991	Discurso da prisão: estudo da penitenciária Talavera Bruce	Mario Alberto M. Costa	M
1992	Revolução e democracia: o poder popular em Cuba	Hélio Marcos Prates Doyle	M
1993	O besouro voa: crise e recuperação de uma grande empresa jornalística	Alberto Roseiro Cavalcanti	M
1993	A regulamentação da propaganda eleitoral no Brasil: 1985/1989	Nilcilene Aves Vieira	M
1993	Material Audiovisual em Bibliotecas Especializadas do Distrito Federal	Pedro Anísio Sousa de Figueiredo	M
1994	O projeto folha e negação do quarto poder	Ana Lúcia Coelho Romero Novelli	M
1994	Livre mercado e indústria audiovisual	Irlene Fernandes de Paula	M
1995	Os fundamentos políticos do discurso de treinamento dos funcionários do Banco do Brasil	Vânia Patalano Henriques	M
1998	A produção da notícia sobre ciência e tecnologia na EMBRAPA	Maria da Graça de França Monteiro Attuch	M

1998	A economia da televisão a cabo no Brasil: Um estudo de caso	Maria das Graças Sousa Guimarães	M
1998	O evento além das grades – um estudo sócio-interacionista e fenomenológico da comunicação a partir das programações de rádio e TV	Luiz Signates	M
1999	Estado, Internet e Sociedade – a comunicação estatal na era das redes	Erica Maria Teixeira de Andrade	M
2000	Aids anunciada	Josi Anne Paz	M
2001	Os jornalistas-assessores: encontros e desencontros – uma contribuição ao estudo das assessorias de imprensa no Brasil	Valéria Cristina Castanha de Almeida	M
2001	Os mecanismos de controle-público/social presentes no regulamento do setor de telecomunicações no Brasil: a Lei Geral de telecomunicações e o regimento interno da Agência Nacional de Telecomunicações	Sayonara de Amorim Gonçalves Leal	M
2002	Portal rede governo: a interatividade com o cidadão	Antônio Carlos Lopes Burity	M
2002	Comunicação Estratégica para a Mudança Social no Contexto da Implementação de Políticas Públicas	Cecilia Rodriguez Studart Guimarães	M
2002	PBS – Public Broadcasting Service – uma análise do modelo da televisão pública americana	Érico Gonçalves da Silveira	M
2002	O conceito de TV Executiva nas Estatais Brasileiras: estado atual e perspectivas	Eduardo Rocha Silva Neto	M
2003	Formas de Assegurar a responsabilidade Social da mídia modelos, propostas e perspectivas	Fernando Oliveira Paulino	M
2003	Comunicar para desenvolver: da persuasão à participação – uma síntese do papel da mídia na promoção da cidadania	Pedro Aquino Noleto Filho	M
2003	Participação do cidadão e atuação parlamentar: o caso do Serviço 0800 do Senado Federal	Márcia Yukiko Matsuuchi Duarte	M
2003	Jornalismo da Boa Notícia – Cidadania e Noticiabilidade	Delcia Maria de Mattos Vidal	M
2003	A Internet e as mudanças provocadas nas práticas jornalísticas dos profissionais de rádio e televisão em Brasília	Rose Angélica do Nascimento	M
2003	A televisão digital no Brasil: impasses de uma política pública	Geórgia da Cunha Moraes	M
2003	Transgressão e Felicidade: uma abordagem das temáticas homossexual a partir das cartas dos leitores enviados à revista G Magazine	Ellis Regina Araújo da Silva	M
2004	Os dilemas no conselho de comunicação social - espaço de consenso ou arena de interesses?	George Rodrigues Cardim	M
2004	A midiaticização do parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar no Senado brasileiro	Luiz Carlos Santana de Freitas	M
2004	O Poder Local NO AR: a municipalização das rádios comunitárias e o fortalecimento de esferas públicas locais no Brasil	Adriane Lorenzon dos Santos	M
2004	Mudança de Orientação Editorial na Agência Brasil: A Objetividade Jornalística como Proposta de Comunicação	Débora Xavier Rocha	M
2004	A comunicação como elemento estratégico para o fortalecimento da agricultura familiar	Luiz Fernando de Freitas Molina	M
2004	Marginal ou invisível? A representação social de usuários de drogas injetáveis nas publicidades do Ministério da Saúde	Mauro Henrique de Miranda Siqueira	M
2005	Política de Radiodifusão Comunitária no Brasil – Exclusão como Estratégia de Contra-reforma	Cristiano Aguiar Lopes	M
2005	A Construção da Imagem Pública do Governo do PT	Noêmia Félix da Silva	M
2006	Relações Públicas e tecnologia:a história das relações públicas no Brasil sob o enfoque da Internet	Christiane Gonçalves Costa	M
2006	Pobreza, Cidadania e Direitos Humanos no Brasil – Um estudo sobre mídia e democracia	Marina Pimenta Spínola Castro	M

2006	TV Digital: do Estado da Arte aos Desafios da Implantação	Marcelo da Silva Castro	M
2006	Enquadramentos de Guerra – A cobertura do recente conflito no Iraque em dois jornais brasileiros	Igor Marx Freire Ferreira Lima e Silva	M
2007	Saúde, Sociedade e Imprensa - A visibilidade do cidadão na cobertura da Vigilância Sanitária	Ana Paula Ferrari Lemos Barros	M
2007	A tecnologia na comunicação do Senado: do papiro à Internet	Valéria Ribeiro da Silva Franklin Almeida	M
2007	O jornalismo nos limites da liberdade: Um estudo da cobertura da imprensa sobre os casos dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas durante o regime militar	Eliane Muniz Lacerda	M
2007	Jornalismo sobre investigações: relações entre o Ministério Público e a imprensa	Solano dos Santos Nascimento	D
2007	Tratamento dado ao direito à comunicação por organizações não-governamentais: um estudo de caso	Luciana Corrêa da Costa	M
2007	Jornalismo Institucional nas Tvs legislativas: os casos do Brasil e do México	Dulce Valeria de Queiroz	M
2008	A TV Digital No Brasil: do SBTVD ao ISDTV-T – A Política a Reboque da Tecnologia	Paola Daniella da Fonseca Rodrigues	M
2008	Participação Popular na Era da Informação – O caso das consultas Pública Federal do Brasil	Raquel Aparecida Sacheto	M
2008	Conselho Federal de Jornalismo – interesses, pressão e desequilíbrio na cobertura jornalística	Juliana Galindo Romão	M
2008	A especificidade do jornalismo nas rádios Comunitárias: a construção da notícia cidadã No contexto neoliberal	Maria Moraes Pereira da Luz	M
2008	O governo eletrônico como instrumento de aproximação do governo e o cidadão	Cristiane Arakaki	M
2008	A presença da mídia das fontes agência senado em notícias da folha online e de o globo online	Iara Teresinha de Farias Borges	M
2008	Sobre promessas da era da Internet: Uma análise de mudanças no relacionamento Estado – Sociedade decorrentes da utilização intensiva de tecnologias de comunicação e informação por agentes públicos no Brasil.	Regina Luna Santos de Souza	D
2008	Responsabilidade Social da Mídia. Análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha.	Fernando Oliveira Paulino	D
2009	TV pública no Brasil – A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira	Jonas Chagas Lúcio Valente	M
2009	Convergência e Regulação Setorial – Análise dos Modelos Regulatórios dos EUA e do Reino Unido	Bernardo Fernandes Corrêa Mendonça	M
2009	Os meios de comunicação em situações de guerra dos Estados Unidos da América: um estudo teórico-histórico-midiático	Rafael Rodrigues Paulino	M
2009	A imagem pública do Congresso: Uma análise político-midiática	Pedro Aquino Nolito Filho	D
2009	Ciência e risco: as controvérsias como procedimento da comunicação pública num contexto democrático	Maria da Graça Miranda de França Monteiro	D
2009	Imprensa, jornalismo e interesse público: perspectivas de renovação – A notícia cidadã	Delcia Maria de Mattos Vidal	D
2010	Assessoria de comunicação, agendamento e newsmaking Um estudo sobre a evolução da comunicação do Supremo Tribunal Federal	Joyce Maria Magalhães Russi	M
2010	O superhomem pendura o paletó na repartição: a gênese do jornalista legislativo	Rogério Mozart Dy Lá Fuente Gonçalves	M

2010	Proteção e promoção à saúde e persuasão: análise retórica do filme publicitário na publicidade de utilidade pública do Ministério da Saúde	André Falcão do Rêgo Barros	M
2010	Defesa da Concorrência na TV por assinatura – A Lógica da Experiência Brasileira	Fábio Lúcio Koleski	M
2010	Estado e comunicação: Uma análise dos modos de regulação da radiodifusão no Brasil e na Venezuela	Rodrigo Garcia Vieira Braz	M
2010	Comunicação e cultura de paz: a UNESCO e o agendamento midiático.	Ana Lúcia Guimarães Bulhões Pedreira	M
2010	A Batalha Simbólica pelo Poder Político: um estudo dos percursos de Paulo Octávio nos campos político e dos media	Rômulo Teixeira Farias	M
2010	As tecnologias da informação e comunicação como vetores catalisadores de participação cidadã na construção de políticas públicas: o caso dos conselhos de saúde brasileiros	Daniela Fávaro Garrossini	D
2010	Cenário da Programação de TV regional aberta no Brasil: Desafios e perspectivas	Verônica Dantas Meneses	D
2011	Radiojornalismo nas rádios comunitárias: conceitos e práticas	Dioclécio Ferreira da Luz	M
2011	Jornalismo Público: um olhar sobre o Repórter Brasil	Bruno Sodré de Moraes	M
2011	Os canais comunitários na lógica de mercado da TV a cabo no Brasil	Danielle Azevedo Souza	M
2011	Produção audiovisual independente e televisão: a luta pelo espaço de exibição	Carla Gomide Santana de Camargos	M
2011	Infraestrutura de acesso à internet - o arranjo político-econômico do NavegaPará	Flávio Silva Gonçalves	M
2011	Documentário e videoativismo: análise fílmica de narrativas sobre aborto	Fabiana do Nascimento Paranhos	M
2011	A tradição na modernidade ou a (re) significação imagética do Ceará contemporâneo: a propaganda turística dos governos mudancistas (1987-1994)	Sílvia Helena Belmino Freitas	D
2012	Coprodução cinematográfica internacional e política audiovisual brasileira (1995-2010)	Rocha, Flávia Pereira da	M
2012	Estudo empírico sobre a proposta do serviço de comunicações digitais - SCD	Melo, Jussara Costa	M
2012	Estado e cinema na Venezuela : as políticas cinematográficas no governo Chávez	Nascimento, Nair Rúbia	M
2013	Para que serve a mulher do anúncio? : um estudo sobre representações de gênero nas imagens publicitárias	Zamboni, Júlia Simões	M
2013	Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no Semiárido : a experiência da ASA	Brochart, Viviane dos Santos	M
2013	Desconcentração na comunicação audiovisual Argentina : três anos de tensões pela implementação da lei de meios	Lara, Glauciene Diniz	M
2013	Os filmes da minha vida : exibição e salas de cinema em Brasília de 1960 a 1965	Martins, Daniela Marinho	M
2013	Ouidoria na TV : a experiência dos canais privados colombianos	Coelho, Jairo Faria Guedes	M
2013	Aids na cibercultura : a midiatização da doença nas redes sociais online do Ministério da Saúde	Silva, Mônica Cristina Plaza da	M
2013	Direitos, democracia e acesso aos meios de comunicação de massa	Wimmer, Miriam	D
2014	A precarização da atividade jornalística e o avanço da pejetização	Silva, Cláudio Marcos da	M
2014	Nos esconderijos da virtualidade : o “homem cordial” nas vinculações via redes sociais online entre senadores e cidadãos	Tavares, Daniel Nardin	M
2014	Rádio e internet : o uso de sites pelas emissoras públicas de radiodifusão sonora	Oliveira, Gisele Pimenta de	M

2014	Assessoria de chumbos : a relação dos jornalistas com a Secretaria de Imprensa da Presidência da República durante os governos Costa e Silva e Médici	Naves, Laura Maria Coutinho Xavier	M
2014	Lei brasileira de acesso à informação e a construção da cultura de transparência no Brasil : os desafios para a implementação da norma e o agir comunicativo no enfrentamento da opacidade estatal	Reis, Lígia Maria de Souza Lopes	M
2014	Comunicação e igualdade racial : atuação de movimentos negros na 1ª Conferência Nacional de Comunicação	Sousa, Cecília Bizzerra	M
2014	Reestruturação capitalista, firmas multinacionais de consultoria e telecomunicações : a privatização do sistema Telebrás na lógica da mundialização do capital	Braz, Rodrigo Garcia Vieira	D
2014	A apropriação da internet, como meio de comunicação, pelos movimentos sociais de mobilidade urbana no Brasil	Araújo, Luisa Maranhão de	M
2014	Comunicação pública : função e legitimação das tevês legislativas federais	Carvalho, Mariana Martins de	D
2014	Uma história da TV Pública brasileira	Diniz, Ângela Maria Carrato	D
2014	A comunicação organizacional sob a perspectiva da midiatisação social : novos processos de visibilidade e interação na era da cibercultura	Stasiak, Daiana	D
2015	Lei da TV paga : os mediadores na constituição de uma rede audiovisual	Caribé, Pedro Andrade	M
2015	A TV dos sandinistas : identidade nacional e televisão na Revolução Nicaraguense (1979-1990)	Gonçalves, Felipe Canova	M
2015	Políticas Culturais de acesso ao cinema no Brasil : os desafios do programa Cinema Perto de Você	Carvalho, Milena Times de	M
2015	Direito à informação em pauta : os usos da lei de acesso por jornalistas	Dutra, Luma Poletti	M
2015	A implementação da Lei de Acesso à Informação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	Mesquita, Wákila Nieble Rodrigues de	M
2015	O Ministério Público Federal e a comunicação com seus públicos externos : como o órgão reconfigura concepção e práticas comunicacionais a partir do surgimento da internet	Curtinovi, Jéfferson	M
2015	Neutralidade de rede : sistematização da produção acadêmica e seu reflexo na discussão política sobre o Marco Civil da Internet	Barbosa, Marcelo Mendes	M
2015	Uma análise sobre a política de comunicação da EMBRAPA aplicada à transferência de tecnologia para a Agricultura Familiar	Timm, Carla Alessandra	M
2015	Memória e acontecimento jornalístico : Comissão Nacional da Verdade	Fonseca, Valéria de Castro	M
2015	Movimentos sociais em luta pela democratização da comunicação : da Confecom ao Projeto de Lei da Mídia Democrática (2009-2013)	Mello, Maria Góes de	M
2015	A sociedade civil organizada como catalisadora de transformações na regulação da publicidade brasileira	Valente, Suelen Brandes Marques	D
2015	Mídia, sociedade civil e a democratização da comunicação : o confronto de discursos durante a Confecom	Baesse, Jurema Maria de Sousa	D
2015	Jornalismo e sociedade : o lugar da mediação profissional e da informação tratada como res pública	Spenthof, Edson Luiz	D
2015	Agência pública : espaços, atores, práticas e processos em reconfiguração na produção de investigações jornalísticas	Xavier, Aline Cristina Rodrigues	M
2015	Diante da realidade narrativas do Brasil entre 1969 e 1973	Vieira, Leylianne Alves	M

Fonte: elaborada pelo autor.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**, (2006). Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16/5>>. Acesso em: 20 de fev. de 2017.

BARROS, A. T. **Salomão Amorim, arquiteto do ensino e pesquisa em comunicação no Brasil**. In: Memória das ciências da comunicação no Brasil: os grupos do Centro-Oeste/ organizado por: José Marques de Melo; Jorge Antonio Menna Duarte. – Brasília: UniCEUB, 2001.

BARBOSA, M. **Pesquisas em comunicação no Brasil: perspectivas históricas**. In: DEL BI-ANCO, Nélia; LOPES, Ruy Sardinha. (Org.). O Campo da Comunicação: epistemologia e contribuições científicas [recurso eletrônico]. São Paulo: Socicom Livros, 2020. Disponível em: <<http://socicom.org.br/socicom-livros/>>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BELTRÁN, L. R. Em entrevista a Patrícia ANZOLA. **No renunciemos jamas a la utopia**. Chasqui, n. 3, abri./jun. 1982, p. 5. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5791685>>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

BOURDIEU, P. **O campo científico**, (1976). Disponível em <<https://cienciatecnosociedade.files.wordpress.com/2015/05/o-campo-cientifico-pierre-bourdieu.pdf>>. Acesso em 1º de ago. de 2017.

BRITTES, J. **Uma nova ordem para a comunicação: a conveniência de esquecer uma utopia**. Trabalho apresentado no NP Políticas e Estratégias de Comunicação, do VIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, RN, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0742-1.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

BRITES, J. **Grupo de Pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação: identidade e perspectivas**. In: Saber militante: teoria e crítica nas políticas de comunicação no Brasil. São Paulo: Intercom, 2013. E-Book. ISBN 978-85-8208-040-5. Disponível em <<http://200.144.189.84/ebooks/arquivos/a0f3a9dc6864d63f39a34ae0d2f3cc4e.pdf>>. Acesso em 20 de ago. de 2016.

CAPARELLI, S. **Das políticas de comunicação à comunicação política (e vice versa)**. 1997. Disponível em: <http://www.robertexto.com/archivo7/politica_comunicacao.htm>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

CARVALHO, Juliano Maurício de; CARDOSO, Vivianne Lindsay. **Uma certa digressão conceitual: desafios identitários das políticas de comunicação**. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, 36, 2014, Foz do Iguaçu. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2572-1.pdf>>. Acesso em: 30 de abr. de 2016.

COHEN, D. J. **Políticas de comunicação**. Chasqui, n. 28, oct.-dic. 1988. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/336767>>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

GERALDES, E. **Pós-graduação na UnB: o ventre da memória**. In: Memória das ciências da comunicação no Brasil: os grupos do Centro-Oeste/ organizado por: José Marques de Melo; Jorge Antonio Menna Duarte. – Brasília: UniCEUB, 2001.

Gil, A. C. (2012). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RAMOS, M. C. **As políticas nacionais de comunicação e a crise dos paradigmas**. In: Às margens da estrada do futuro: comunicações, políticas e tecnologia. Ramos, Murilo César. Brasília: Coleção FAC – Editorial Eletrônica, 2000. Disponível em: <<https://eptic.com.br/wp-content/uploads/2014/12/MuriloRamos.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

REBOUÇAS, E. **Por uma perspectiva comparativa eficiente no estudo de políticas e sistemas nacionais e internacionais de comunicações**. Grupo de Trabalho de Políticas de Comunicação do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom 2000. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/b9a9b33d269e1533f393c242ca19f074.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

REBOUÇAS, E. **Estratégia retórica dos “donos” da mídia como escudo ao controle social**. Trabalho apresentado ao NP Teorias da Comunicação, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1683-2.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

SIGNATES, L. **Políticas públicas de comunicação: alguns referenciais teóricos e práticos de um problema mais amplo do que se pensa**. Trabalho apresentado no Núcleo de Políticas e Economia da Comunicação, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/14132837427059194017868332798647638749.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

SILVEIRA, A. C. M. **Comunicação e Estado. Políticas e zonas de intervalo**. Trabalho apresentado ao NP Políticas e Estratégias de Comunicação, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2000. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0005-1.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.